

CIES e-Working Paper N.º 133/2012

**Comunicação para o Desenvolvimento:
Novo Paradigma de Intervenção Comunitária**

Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique

Patrícia Mota Paula

Patrícia Mota Paula é licenciada em Ciências da Comunicação, pós-graduada em Jornalismo Internacional, mestre em Estudos Africanos, sendo atualmente doutoranda em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL. Bolseira de doutoramento pela FCT, tem como instituição de acolhimento o CIES-IUL. Tem publicado artigos científicos sobre radiofonia comunitária em África, sobre comunicação para o desenvolvimento e sobre desenvolvimento sustentável participativo.

Resumo

O presente *e-working paper* visa alertar para a importância da Comunicação para o Desenvolvimento, um conceito cuja relevância tem sido amplamente reconhecida pelas agências das Nações Unidas, que, diariamente, apostam nas rádios comunitárias como instrumentos de participação cívica na esfera pública, como garantes fidedignos dos direitos e liberdades humanas em contextos caracterizados pela extrema pobreza, como antídotos ao isolacionismo, à apatia e à infoexclusão gerados pela Globalização da Informação e como ferramentas multissetoriais de desenvolvimento socioeconómico, vitais à prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Palavras-chave: África lusófona; Comunicação para o Desenvolvimento; rádios comunitárias; capacitação local.

Abstract

This e-working paper aims at raising the awareness to Communication for Development as a concept whose relevance has been widely acknowledged by the United Nations Organisation, who keeps highlighting community radios as tools for civic partaking on the public sphere and as faithful guarantors of human rights and freedoms in contexts featuring extreme poverty, as well as fighting isolation, apathy and information exclusion generated by Globalized Information and as multi-sector tools for social and economic development that are vital to meeting the Millennium Development Goals.

Keywords: Lusophone Africa; Communication for Development; community radios; local empowerment.

Introdução

Este artigo resulta do trabalho de campo realizado em Bissau (2003, 2004 e 2007) e em Maputo (2009) no âmbito da minha tese de doutoramento, com o objetivo de apurar «qual o papel das rádios comunitárias no *empowerment* das populações rurais, pobres, marginalizadas e infoexcluídas». Uma investigação ímpar e inovadora que me permitiu responder a cinco questões amplamente discutidas pelas Nações Unidas (NU): Porque é que temas sobre *empowerment* local, poder comunitário e participação cívica são vitais ao desenvolvimento sustentável? Que papel desempenham os *media* locais na construção, facilitação e priorização de um discurso desenvolvimentista? Quais são as perspetivas-chave no que concerne ao estudo do tripé *media*, comunicação e desenvolvimento? Como definir Comunicação para o Desenvolvimento (C4D)? O que distingue as rádios comunitárias (RC) da Guiné-Bissau e de Moçambique? Estará o conceito de “sustentabilidade” incompleto?

Qualquer tentativa de resposta implica abordar o nascimento e a queda, as contradições e as inconsistências do paradigma dominante da modernização. Percebê-lo implica abordar as Três Décadas do Desenvolvimento, representativas da evolução do papel da comunicação nos projetos de desenvolvimento aplicados nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD):

Given their necessary connection, much of the discussion of development communication overlaps with talk about development in general and theories of development. Understanding the context and content of communications for development is necessary (Srampickal, 2006: 3).

A Assistência Multilateral ao Desenvolvimento, através das agências especializadas das NU, nasce em 1945, permitindo humanizar e democratizar a comunicação através de projetos de C4D no Terceiro Mundo.

The United Nations has played a leading role in promoting human rights and duties. These ensure a person's responsible participatory action in society by balancing empowerment through communication with social responsibilities and service to one's own society (Srampickal, 2006: 5).

A Assistência Bilateral ao Desenvolvimento surge em 1949, quando o então presidente norte-americano, Harry Truman, propôs o Programa dos Quatro Pontos – versão para o Terceiro Mundo do Plano Marshall, que visou a reabilitação da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial –, que remetia para os objetivos, a longo prazo, dos EUA: 1. apoiar a ONU, reforçando a sua capacidade de decisão e ação no terreno; 2. revitalizar a economia mundial; 3. defender a liberdade mundial contra os perigos da censura; 4. apostar num programa original de “modernização e investimento de capital” visando o progresso dos PVD:

More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people (Daniels, 1951: 10-11).

Aliviar o sofrimento do Terceiro Mundo pressupunha, assim, copiar o modelo de desenvolvimento ocidental (conhecimento, tecnologia, práticas, competências e novos mecanismos de poder) em diversas áreas: agricultura, comércio, indústria e saúde. Segundo Truman, a prosperidade e a paz destes países dependia de “greater production” através de “wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge” (Melkote e Steeves, 2001: 52). Uma proposta de desenvolvimento sinónimo de poder, controlo, persuasão e dominação por parte do Norte industrializado.

As Três Décadas do Desenvolvimento *versus* a evolução da C4D

A *Primeira Década do Desenvolvimento* (1960) é um período de grande otimismo, caracterizado pelo crescimento económico – através da industrialização (em detrimento da agricultura), da urbanização e da ocidentalização – e pelo investimento intensivo de capital em tecnologia e a sua transferência para o Sul. Um processo, à partida simples, designado por Tendência Pró-Inovação. Contudo, rapidamente se concluiu que as debilidades do Terceiro Mundo eram muito mais profundas e abrangentes do que se supunha: os destinatários não possuíam formação nem informação que lhes permitisse optar de entre um leque de práticas/alternativas infindáveis. A importância dos *mass media* nos projetos de desenvolvimento começava, assim, a ser reconhecida:

It was soon clear, however, that the post-colonial Third World problem was quite different. There was no adequate pre-existing base of expertise except within the erstwhile colonialists themselves. More significantly, masses of people had to have their traditional lifestyles changed radically. Development, therefore, involved not simply the transfer of capital and technology, but also the communication of ideas, knowledge, and skills to make possible the successful adoption of innovations (Melkote e Steeves, 2001: 54).

A resistência das populações a esta mudança radical impôs a adoção da Tendência Pró-Persuasão, cujo objetivo era convencer as populações a alterar os seus estilos de vida através da comunicação persuasiva, a cargo das agências das NU que, numa primeira fase, enviou especialistas para trabalhar em conjunto com os Ministérios da Agricultura dos PVD, cujos departamentos de extensão se encarregavam de ensinar aos agricultores as técnicas e as práticas inerentes à agricultura moderna. O objetivo já não era a mera transferência de tecnologia, mas sim a formação técnica dos destinatários no terreno, sem qualquer formação académica.

The diffusion model assumes that a proper combination of mass-mediated and interpersonal communication strategies can move individuals from a process of awareness (usually of a new technology) through interest, evaluation, trial, and finally the adoption of that technology (Melkote e Steeves, 2001: 56).

De referir que a maioria dos programas de extensão se baseou no modelo de Difusão de Inovações, de Everett Rogers, considerado o pai da Comunicação para o Desenvolvimento.

O objetivo era transformar o agente de extensão num agente de mudança que influenciasse as decisões dos destinatários rumo à adoção das inovações tecnológicas ocidentais. Um processo de intervenção que supunha um fluxo hierarquizado e unidirecional de mensagens minuciosamente orientadas que, muitas vezes, ignorava a essência e a compatibilidade dos materiais de comunicação:

The role of communication was to transfer technological innovations from development agencies to their clients, and to create an appetite for change through raising a climate for modernization among the members of the public. These describe elitist, vertical, top-down communication models (Srampickal, 2006: 5).

Este paradigma de desenvolvimento – Modernização – ignorou as especificidades culturais, geográficas, ideológicas e históricas (colonização, lutas de libertação, guerras

civis) dos PVD e retirou-lhes a possibilidade de trilhar o seu próprio destino: “The dominant paradigm denied history to developing nations. The assumption was that the Third World nations resembled earlier stages of the history of West European nations” (Melkote e Steeves, 2001: 171). Uma imagem distorcida que classificou o Terceiro Mundo de “subdesenvolvido”, um conceito imaginado que interferiu negativamente com a evolução da C4D:

In the dominant paradigm, communication was visualized as the link through which exogenous ideas entered the local communities. Diffusion of innovations then emphasized the nature and role of communication in facilitating further dissemination within local communities (Melkote e Steeves, 2001: 126).

Comunicação e Desenvolvimento constituíam, assim, dois elos indissociáveis e imprescindíveis ao crescimento económico pensado e imposto pelos Estados centrais, cujo objetivo era assegurar a sua própria hegemonia a nível mundial. Contudo, vários fatores conduziram ao falhanço das estratégias de difusão, destaque:

1. Imprecisão dos conceitos difundidos que ignoravam a dimensão cognitiva da comunicação (distorcendo a ideia de comunicação como processo): “Communication flows were hierarchical, one-way, and top-down. People were regarded as passive receivers of development information” (Melkote e Steeves, 2001: 249);
2. Ignoravam as preferências, os fracos conhecimentos/competências dos destinatários e demais entraves no terreno: “These technologies could not be adapted exactly, as many of these countries lacked basic infrastructure items like electricity and transportation” (Srampickal, 2006: 5), essenciais ao sucesso dos projetos;
3. Não chegavam aos segmentos populacionais mais pobres e marginalizados, ou seja, à grande fatia dos agricultores de subsistência na África Subariana: as mulheres. Consequência: desigualdades de género cada vez mais evidentes por via da tendência patriarcal da modernização que via a mulher como um entrave ao desenvolvimento, atribuindo-lhe papéis domésticos, passivos e secundários em termos de desenvolvimento. “Modernization exported a Western patriarchal model in which the male breadwinner headed the family unit while the woman raised children and managed the household” (Young, 1993: 19);
4. Menosprezavam o crescente fosso informacional/comunicacional/tecnológico Norte-Sul, urbano-rural e, até, rural-rural;

5. Pressupunham modelos orientados para a autoridade em detrimento de modelos dirigidos ao utilizador (minimização da participação local em prol da comunicação de massas). Resultado: agricultores de subsistência excluídos das redes interpessoais de comunicação.

In development literature, mass communication media have been considered the prime movers in social development. This view was much stronger in the 1950s and 1960s when the central focus was on the big mass media to the neglect of interpersonal/organizational networks and indigenous channels of communication (Tehrani, 1994).

Nesta década, Modernização – “A transition, or rather a series of transitions from primitive, subsistence economies to technology-intensive, industrialized economies; from subject to participant political structures; from closed, ascriptive status systems to open, achievement-oriented systems; from extended to nuclear kinship units; from religious to secular ideologies” (Tipps, 1973: 204) – e Desenvolvimento – “A type of social change in which new ideas are introduced into a social system in order to produce higher per capita incomes and levels of living through more modern production methods and improved social organization” (Rogers, 1969: 18) – eram praticamente sinónimos. Definições limitadas cujas falhas são óbvias:

Any discussion of development must include the physical, mental, social, cultural, and spiritual growth of individuals in an atmosphere free from coercion or dependency. Also, greater importance must be given to preserving and sustaining traditional cultures, as these constitute the media through which people at the grassroots structure their reality. Local cultures in developing nations and elsewhere are not static. To talk, therefore, of uprooting local cultures is not only naïve but also ethically indefensible (Melkote e Steeves, 2001: 332-333).

Por contraste, a *Segunda Década do Desenvolvimento* (1970) remete-nos para um período pessimista (desilusão com os resultados e com a natureza do desenvolvimento) caracterizado pela exploração do Terceiro Mundo e cuja consequência foi o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, este último visto como resultado do progresso europeu. Surgem, no entanto, concepções alternativas de Desenvolvimento – alicerçadas em modelos de crescimento mais equitativos – com ênfase nas seguintes áreas:

1. Participação ativa das pessoas em atividades desenvolvimentistas. A comunicação participativa ganhou adeptos, defensores de que os indivíduos são sujeitos ativos na recepção, processamento, interpretação e difusão da informação veiculada pelos *media*: agora considerados agentes de reforço com efeitos limitados e não tanto agentes geradores de mudanças comportamentais imediatas;

2. Autodeterminação e autoconfiança das comunidades locais e a sua respetiva libertação da dependência externa:

The idea of self-development gained popularity in the 1970s. In other words, user-initiated activity at the local level was considered essential for successful village-level development. Thus, the emphasis was not so much top-to-bottom flows of information and messages from a government official to a mass audience, but importantly, bottom-up flows from users to sources, and horizontal communication flows between people. Self-development implied a different role for communication from what was conceptualized and operationalized in the modernization paradigm. Communications flows were now initiated in response to articulated needs of the users (Melkote e Steeves, 2001: 249-250);

3. Tecnologias, estruturas, crenças e saberes tradicionais;

4. Discutiram-se, pela primeira vez, Modelos de Desenvolvimento Sustentáveis (Conferência das NU sobre o Ambiente, Estocolmo, 1972), visando ultrapassar a visão ocidental da natureza: objeto a ser explorado e subjugado. Objetivo: criar uma nova relação entre sociedade e natureza no âmbito do desenvolvimento, utilizando a C4D;

5. Proposta de reorientação da política desenvolvimentista: de uma abordagem economicista hierarquizada para uma abordagem humanista e equitativa da distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Há uma preocupação clara com as necessidades básicas das pessoas:

Provide adequate food and clean drinking water, decent shelter, education, security of livelihood, adequate transport, help people participate in decision-making, uphold a person's dignity and self-respect and socio-economic right to international resources (Melkote e Steeves, 2001: 167);

6. Reemergência da cultura local e da religião nas atividades de desenvolvimento: interesse renovado pelo estudo do papel positivo destas áreas na mudança social;

7. Valorização de canais tradicionais de C4D, considerados extensões da cultura local:

In the early 1970s, several international conferences addressed the idea of using folk media to promote development. Folk media consist of a variety of forms: folk theater, puppetry, storytelling, folk songs, folk dances, ballads, mime, and more (Melkote e Steeves, 2001: 252-53);

8. Conscientização crescente das desigualdades de gênero no desenvolvimento. O movimento feminista internacional ganhou força por via das iniciativas Women in Development (WID) e as mulheres começaram a organizar-se em prol da mudança social, nomeadamente através dos *mass media*:

The work of WID specialists led to greater visibility for women's roles in development. The WID specialists sought to integrate women into the mainstream of economic development and lobbied to ensure that the benefits of modernization accrued to women (and not just men). Women's access to education, training, employment, credit, capital, and land were emphasized in this discourse. (...) By the mid-1970's, the call for equity was incorporated within the rubric of meeting basic human needs and poverty alleviation (Melkote e Steeves, 2001: 187-88);

9. Visando diminuir o fosso informacional/de conhecimento entre “pobres informados e ricos informados”, foram sugeridas novas estratégias: a) Utilizar a comunicação local nos esforços de autodesenvolvimento; b) Explorar a comunicação local para conscientizar as pessoas acerca da dura realidade que as rodeia, a todos os níveis; c) Beneficiar da comunicação local como catalisador para a mudança, encorajando o diálogo entre peritos e beneficiários (item referido, mais tarde, no Relatório McBride *Many Voices, One World* – “Muitas Vozes, Um Mundo”, publicado em 1980 pela UNESCO).

O relatório supracitado advertia para a necessidade de instituir uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) e sublinhava a importância dos atores, dos recursos, das infraestruturas, das organizações, dos contributos e dos *media* locais:

More emphasis should be placed on these media and local activities for four main reasons: one, because they may be overshadowed and pushed into the background by the big media; two, because mass-media have been expected to accomplish tasks and goals for which they are not fitted; three, because in many countries the neglect of a certain balance between big and small led to unnecessary wastage of scarce resources, by using inappropriate means for diverse audiences; four, because by establishing links between them broader horizontal communication could be developed (UNESCO, 1980: 55-56).

A *Década de 1970* marca o aparecimento formal do termo C4D. Este período destacou-se pela afirmação de peritos em comunicação do Terceiro Mundo, treinados nos EUA, que desafiaram a natureza da pesquisa americana em termos de C4D, reconhecendo que os primeiros projetos desenvolvimentistas não valorizaram os verdadeiros entraves comunicacionais “externos à adoção”:

1. Escassez de aptidões e conhecimentos adequados sobre as inovações a adotar;
2. Número reduzido de pessoas envolvidas no processo de planeamento do desenvolvimento;
3. Ausência de incentivos materiais e financeiros essenciais à adoção;
4. Desenvolvimento inadequado do mercado para venda e compra de produtos;
5. Ausência de infraestruturas facilitadoras da difusão de informação e distribuição de materiais;
6. Falta de oportunidades de trabalho nas áreas rurais fora das épocas mais trabalhosas;
7. Eu acrescentaria: estratégias e conteúdos de comunicação imperfeitos e mal direcionados.

O trabalho destes peritos permitiu a concetualização da comunicação como um alicerce imprescindível aos projetos e atividades desenvolvimentistas, denominando-a Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento (CSD):

The DSC specialist has the job of bringing the communication gap between the technical specialists with expertise in specific areas of knowledge and potential users who may need such knowledge and its specific applications to improve their performance (...) (Melkote e Steeves, 2001: 62).

O termo Comunicação para o Desenvolvimento foi usado, pela primeira vez, em 1972, por Nora Quebral – considerada a “mãe da C4D” – que a define assim:

The art and science of human communication applied to the speedy transformation of a country and the mass of its people from poverty to a dynamic state of economic growth that makes possible greater social equality and the larger fulfillment of the human potential (Quebral, 2002: 16).

Esta docente da Universidade das Filipinas “Los Baños” colocou a ênfase no comunicador para o desenvolvimento, nos *media* comunitários e, sobretudo, na radiodifusão comunitária com programação educativa (facilitadora das relações interpessoais em contexto rural), com o claro intuito de:

Circulate knowledge that will inform people of significant events, opportunities, dangers and changes. (...) Provide a forum where issues affecting national or community life may be aired. (...) Teach those ideas, skills and attitudes that people need to achieve a better life. (...) Create and maintain a base of consensus that is needed for the stability of the state (Quebral e Gomez, 1976: 6, *apud* Manyozo, 2006: 87-88).

Com este salto qualitativo, o conceito de desenvolvimento alterou-se significativamente: “The improvement of the well-being of the individual and the betterment of the quality of his or her life.” Bem como se alterou o papel atribuído à Comunicação nos Processos de Desenvolvimento: “People placed more emphasis on the contribution of communication to the promotion of democratic and social rights, which led to the development of community radio and communication agencies in the South dedicated to these aspects” (Dagron, 2001, *apud* Srampickal, 2006: 9).

Contudo, este modelo desenvolvimentista inerente à década de 1970 fracassou por múltiplas razões, destaco:

1. A comunicação de massas era percebida como mera transmissão de informação, ou seja: processo linear de mensagens unidirecionais e impessoais que poucas oportunidades de resposta concedia ao recetor;
2. O caráter indissociável entre comunicação e cultura foi subvalorizado;
3. Os aspetos imateriais do desenvolvimento (valores/tradições/línguas locais) foram claramente ignorados;
4. As mensagens mediáticas centravam-se nos indivíduos e não nos grupos, cujo poder e o direito de enfrentar estruturas sociais opressivas era desvalorizado;
5. Visão etnocentrista do desenvolvimento que considerava o terceiro mundo atrasado devido às suas tradições ancestrais;
6. Controlo das comunicações por parte de grandes instituições (corporações privadas, fundações, governos e grandes partidos políticos) que tinham poder de decisão e influência em termos de manufatura, distribuição e difusão de mensagens;
7. O tripé comunicação, desenvolvimento e *empowerment* não era percebido como interdependente e impulsionador de progresso;
8. A C4D era vista como um “processo de *marketing* persuasivo” e não como uma alavanca das capacidades nacionais e um método de construção de consensos e de

angariação de alianças, socialmente sensível, multifacetado e alicerçado nas estruturas sociais políticas, económicas, religiosas, culturais e ideológicas;

9. Os modelos e/ou estratégias de desenvolvimento não eram cultural e historicamente sensíveis, ignoravam a importância das diferenciações de género, classe, raça, etnia, religião, escalão etário e nacionalidade.

A *Terceira Década do Desenvolvimento* (1980) – conhecida por “década perdida do desenvolvimento” –, caracterizou-se por:

1. Recessão global na maioria dos países industrializados;
2. Sérias dificuldades económicas nos PVD (problemas na balança de pagamentos, dificuldades para liquidar os empréstimos concedidos e drásticas descidas dos preços para exportação);
3. Imposição de Políticas de Ajustamento Estrutural pelas agências doadoras aos países devedores visando reanimar as suas economias paralisadas;
4. Implementação de um modelo económico neoliberal: redução do papel do Estado, dependência crescente dos mercados e redução significativa dos gastos estatais no setor dos serviços sociais (saúde, subsídios de alimentação, educação);
5. Aumento da pobreza entre os carenciados e os marginalizados e conseqüente depredação dos recursos naturais;
6. Crescente consciencialização das desigualdades de género e das diferenças globais ao nível das prioridades femininas, assuntos debatidos na Conferência de Copenhaga (1980) e na Conferência Nairobi (1985);
7. Críticas à Abordagem das Necessidades Básicas e respetiva retórica marcam o discurso sobre “desenvolvimento”, dado que as necessidades humanas permaneciam insatisfeitas.

De ressaltar a implementação de iniciativas Gender and Development (GAD) – por parte das agências das NU e de movimentos feministas –, cujo âmbito de atuação vai muito para além das iniciativas WID que marcaram os anos 1970:

The GAD approach goes beyond the creation of equality between the sexes to question the underlying assumptions of the dominant social, economic, and political structures that accord and perpetuate an inferior status to women relative to men (Melkote e Steeves, 2001: 189).

Um cenário que motivou Andrew Moemeka (1989: 5 e 9) a reformular os conceitos de Comunicação e de Comunicação para o Desenvolvimento:

Our concept of Communication, which I call the humanized, democratic interactive model, places emphasis on how people use communication or messages. It stresses genuine dialogue, free and proportioned opportunity to exert mutual influences and rejects the idea that persuasion is the chief role of communication. Here, feedback is imperative; its importance lies in the opportunity it creates for understanding the other person's point of view and, therefore, for ensuring co-orientational influences.

Development Communication is not merely a matter of transmitting information about how things can be done better by using available facilities. It is much more than the exchange of problem-solving information. It also involves the generation of psychic mobility or empathy, raising of aspirations, teaching of new skills and encouragement of local participation in development activities.

Na *Década de 1990*, e daí em diante, temos assistido a uma proposta de desenvolvimento – e consequentemente de C4D – orientada para as seguintes premissas-chave:

1. Mobilização de recursos, implementação de estratégias e alteração de comportamentos em prol de um ambiente sustentável: “In the latter part of the 20th century (...) the institutional discourse then moved from mere exploitation to management of natural resources” (Melkote e Steeves, 2001: 98);

2. Debate de políticas globais sobre bem-estar social: retorno à retórica das necessidades básicas defendida na década de 1970 (Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social – Copenhaga, 1995). De realçar a introdução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pela primeira vez em 1990, mas recalculado para os anos transatos, a partir de 1975.

Contudo, permanecia a incerteza: “As long as those who favor the neo-classical approach wield power in development, the basic needs approach cannot dominate. Considerations of national and global security and economics will always take priority” (Melkote e Steeves, 2001: 169). Preocupação partilhada por outros peritos: “That the real motive of basic needs proponents is to sustain global patterns of power by maintaining a ‘reserve army’ of labor for capital, an ‘army’ that is perhaps better fed, but still disempowered” (Hoogvelt, 1982: 101);

3. Foco nas Abordagens Participativas de C4D: reforço da consciência crítica entre as populações nas suas comunidades e de estratégias de *empowerment* local: crescimento exponencial de rádios comunitárias nos PVD, nomeadamente na Guiné-Bissau e em Moçambique;
4. Aparecimento de estudos pós-modernos, pós-estruturalistas, pós-coloniais e feministas que desafiam as perspetivas e os modelos logocêntricos e ocidentais (desconstrução da ideologia dominante do poder);
5. Maior abertura à diversidade cultural como pilar fundamental da identidade;
6. Maior preocupação com a equidade de género e/ou emancipação feminina (Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres – Beijing, 1995, e Beijing 5 Conferência da Mulher, Nova Iorque, 2000);
7. Abordagens de desenvolvimento centradas nas pessoas e que sublinham a importância da autoconfiança, da capacitação, da participação local e da sustentabilidade ambiental;
8. Aumento exponencial das tendências a favor da globalização de estilos de vida, gostos, modas e do entretenimento mediado pelos *mass media*;
9. Ascendência dos mercados globais e das empresas (visão macroeconómica);
10. Aparecimento do ciberespaço: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) geram maior caudal de informações novas. A este respeito convém lembrar que a globalização veio colocar novos dilemas/novos objetivos de desenvolvimento e, conseqüentemente, novas estratégias de C4D.

Insuficiências da disponibilidade informativa e/ou tecnológica

Na obra *A Lógica das Redes na Era da Informação*, Castells (1997: 359) descreve um novo paradigma global:

[O *poder*] is no longer concentrated in institutions (the State), organizations (capitalist firms), or symbolic controllers (corporate media, churches). It is diffused in global networks of wealth, power, information and images, which circulate and transmute in a system of variable geometry and dematerialized geography. Yet it does not disappear.

Este autor defende a existência de um Quarto Mundo (Castells, 1997:148) que integra vários países – fora da economia mundial pela sua fraca capacidade de crescimento – em três continentes (África, América do Sul e Ásia), alheios às mudanças de poder propiciadas pelas NTIC e pela Globalização. Isto é, os beneficiários do desenvolvimento tecnológico são exatamente os mesmos: nações industrializadas e elites urbanas dos PVD:

Castells concludes that the network society will continue to widen the gap between the haves and the have nots, increasingly divided into those with access to cyberspace and other forms of mobility and those without access. While the increased globalization of the planet is rendering national boundaries less relevant (Melkote e Steeves, 2001: 64).

Gráfico 1

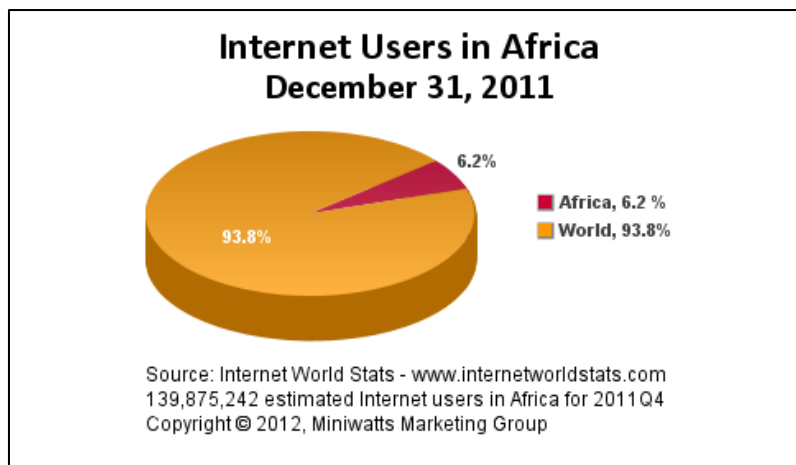


Gráfico 2

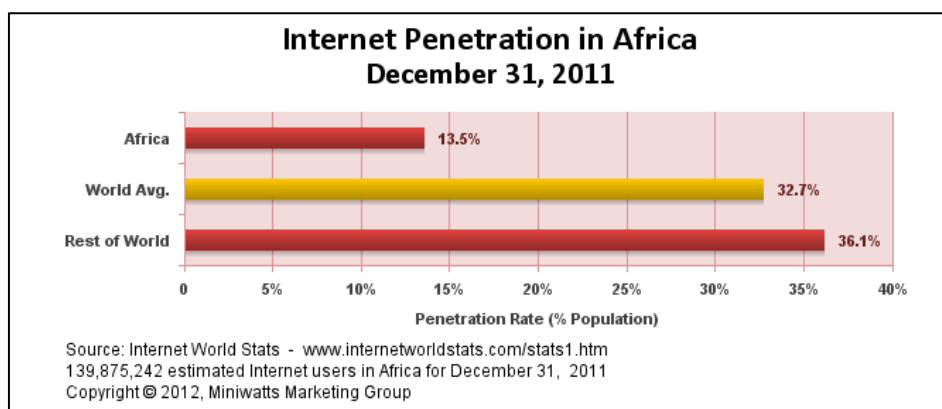
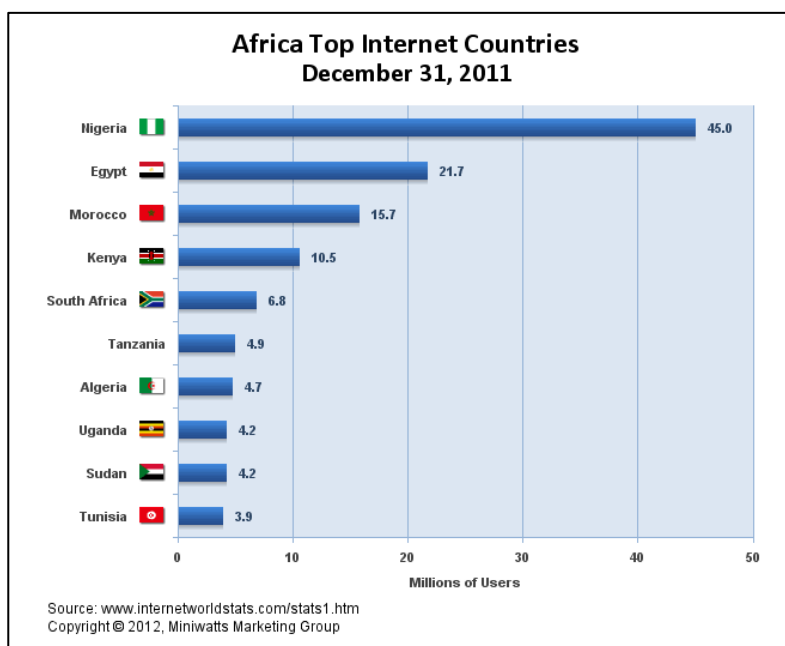


Gráfico 3



Com efeito, África é o continente que maior evolução tem registado em termos de penetração das TIC, face a um ponto de partida mais baixo, existindo ainda grandes limitações, porém, à sua disponibilidade e fruição, sobretudo ao nível da Internet: o gráfico 1 remete para uma notória assimetria no número de utilizadores (África 6,2% *versus* mundo 93,8%); o gráfico 2 é revelador das maciças desigualdades de penetração (África 13,5% *versus* mundo 36,1%) e o gráfico 3 prova que a Internet ainda permanece fora do alcance de muitos países pobres do continente africano: Nigéria, Egito e Marrocos ocupam os três primeiros lugares, com a África do Sul (potência económica regional) a quase nove pontos percentuais do terceiro classificado. Dados estatísticos que corroboram o sentimento de inúmeros autores:

O Terceiro Mundo não consegue controlar nem sequer influenciar a circulação internacional de informação, mesmo a que versa os seus próprios problemas. É apenas o receptor passivo de uma informação de segunda mão, alheia aos seus interesses. No entanto, a independência em matéria de fontes de informação é tão decisiva no crescimento político e económico como a independência técnica. Se a actual situação da Comunicação no mundo não for alterada é a própria capacidade de crescimento autónomo destes povos que está em questão (Peixeiro e Ferreira, 2002: 193).

Assume-se hoje – em oposição às décadas transatas – que a natureza de cada intervenção desenvolvimentista deve ser equacionada segundo o contexto histórico, cultural, político e económico de cada país, de cada região, de cada comunidade. A análise desse contexto deve considerar:

1. Divisões sociais relevantes em termos de: raça, etnia, género, classe social, escalão etário, religião, nacionalidade, etc.;
2. Questões ambientais (cosmos, recursos naturais, sustentabilidade ambiental);
3. Outros valores ético-sociais (justiça, preocupação pedagógica, equilíbrio opinativo, rigor informativo, narrativas locais, passado histórico, objetivos dos indivíduos):

Today, specific local circumstances and diversity are important factors that need to be addressed in policy and planning instruments. This will call for innovative, temporary networks of task forces that can best deal with the problems and challenges emanating from specific contexts (Melkote e Steeves, 2001: 198).

Hoje, graças ao progresso teórico-prático suprarreferenciado, a C4D moderna é assim caracterizada: “Diverse methodological and theoretical trajectories but still centres around participatory production and utilization of indigenous knowledge in local development” (Manyozo, 2006: 83). Finalmente, foi reconhecida a importância do tradicional, do diferente, da multiculturalidade, do ambiente – e sobretudo da mulher – no desenvolvimento sustentável:

Females are already central to virtually all concerns of development, for instance, farming and meeting basic needs, sustaining the environment, and contributing economically. In fact, the improvement in the conditions of women’s lives is statistically related to societal improvement (Melkote e Steeves, 2001: 189-90).

Atualmente, C4D significa: comunicação contra-hegemónica emancipadora dos povos e das comunidades, capacitação individual e coletiva, organização popular, integração das minorias, resgate e valorização de experiências e conhecimentos locais, enquadramento “multi” e interdisciplinar (contribuição da psicologia social, da ciência política, da sociologia, da economia, da antropologia, etc.), libertação face a estruturas político-partidárias opressivas, combate à pobreza, à ignorância, ao isolacionismo e à infoexclusão e educação não formal das populações periféricas:

(...) development communication is not message exchange but rather “emancipatory communication” that will free people to determine their own futures. That should include everyone participating in the process, not just the so-called target groups. The assumption is that once people get in touch with their sources of oppression as well as their sources of power, they will then be able to find solutions (Melkote e Steeves, 2001: 39).

Estratégia de C4D das Nações Unidas inclui rádios comunitárias/locais

Community radio can facilitate contextualizing national development programmes within the immediate community and taking national development goals as close as possible to the intended beneficiaries. Through community radio, members are able to feed-forward on local development concerns, giving an opportunity for development agencies and authorities to get involved in a constructive dialogue on development priorities at local levels.¹

Hoje, a programação destes “espaços de evocação do testemunho popular” incluem campanhas e/ou programas de sensibilização sobre múltiplas temáticas e de inúmeras proveniências, destaco:

1. Da Organização das NU para Agricultura e Alimentação (FAO)² sobre desenvolvimento rural, preservação do ambiente, nutrição, comercialização de produtos alimentares e agrícolas, tipos de microcrédito, etc.;
2. Da Organização das NU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)³ – grande protagonista no setor da comunicação social – em torno de três áreas-chave: “The free flow ideas by word and image, communication for development, and the development of socio-cultural impact of new communication technologies” (Melkote e Steeves, 2001: 49);
3. Do Fundo das NU para a População (UNFPA)⁴ no âmbito dos desafios impostos pelo crescimento populacional visando encontrar soluções de equilíbrio entre população e recursos através de estratégias informacionais, educacionais e comunicacionais;

¹Documento *Unit 5. Community Radio: Concept and Evolution*, consultado a 27-08-2012, em <http://www.egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/32609/1/Unit5.pdf>.

² Consultado a 27-08-2012, em

http://www.fao.org/sd/ruralradio/common/ecg/24516_en_34859_en_Sheet.pdf.

³ Consultado a 27-08-2012, em http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=1527&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

⁴ Consultado a 27-08-2012, em <http://www.unfpa.org/public/site/global/lang/en/pid/64>.

4. Do Fundo das NU para a Infância (UNICEF)⁵ sobre má nutrição infantil, fortalecimento das infraestruturas de saúde e expansão da educação primária:

The UNICEF has actively relied on communication activities to garner public interest and support for its programs. In partnership with UNDP, UNICEF set up a Development Support Communication unit in the 1960s to stimulate and improve participation in all its projects (Melkote e Steeves, 2001: 50);

5. Da Organização Mundial de Saúde (OMS)⁶ sobre imunização, controlo e erradicação de doenças mortais (VIH-sida, malária, tuberculose, varíola, lepra);

6. Do Programa de Desenvolvimento das NU (PNUD)⁷ sobre construção e reforço da capacidade nacional em prol de um desenvolvimento humano sustentado e sustentável:

The concept development support communication (DSC) was first articulated within the UNDP in the 1960s by Erskine Childers. It ascribed a management function to DSC: Communications were not confined to information or broadcasting organizations and ministries, but extended to all sectors; and their success in influencing and sustaining development depended to a large extent on the adequacy of mechanisms for integrated and coordinated multi-sectorial project planning (Mayo e Servaes, 1994: 4).

Rádios comunitárias: o futuro fala “glocal”⁸

O que é uma rádio comunitária? O conceito mais abrangente é apresentado pela Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários (AMARC), fundada em 1983 com o objetivo de acompanhar e apoiar a criação de um setor mundial de radiodifusão comunitária. Esta organização reúne, hoje, 4351 RC (membros votantes), em 126 países,

⁵ Consultado a 27-08-2012, em http://www.unicef.org/education/mozambique_43768.html.

⁶ Em *Estratégia de Cooperação da OMS com os países 2009-2013* (2008), Escritório Regional Africano da OMS, pp. 1-47, ISBN 978 929 034 0157.

⁷ Consultado a 27-08-2012, em <http://www.mediamoz.com/>.

⁸ “As mudanças estruturais que as sociedades e o sistema internacional experimentam têm sido determinadas pela interação entre três processos distintos: a globalização, a emergência da sociedade/economia do conhecimento e a sociedade em rede. Assim, assiste-se a um processo de globalização-localização – a chamada ‘glocalização’. A localização está associada à emergência da sociedade do conhecimento em que a produção, difusão e uso efetivo do conhecimento e a sua tradução em inovação, a par da aprendizagem, são as atividades sociais mais relevantes. O ‘conhecimento tácito’ (*know how* e *know who*) é que é decisivo. Contrariamente ao ‘conhecimento codificado’, a produção e difusão do conhecimento tácito requer interação pessoal, *face to face*, a criação de laços de confiança, um elevado nível de capital social e uma base territorial – acabando por dar um novo valor estratégico ao território, que contraria a perda de relevância gerada pela globalização”, em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=808>.

e promove a solidariedade, o intercâmbio, a cooperação e os interesses dos *media* comunitários a nível local, regional, nacional e internacional.

Rádio comunitária, rádio rural, rádio cooperativa, rádio participativa, rádio livre, alternativa, popular ou educativa (...) Quando promove a participação dos cidadãos e defende os seus interesses, quando reflecte os gostos da maioria e produz bom humor e informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando nos seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões respeitadas; quando a diversidade cultural tem primazia sobre homogeneidade comercial; quando as mulheres são as principais intervenientes na comunicação e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade; quando nenhum tipo de ditadura é tolerado; quando a palavra de todos pode ir para o ar sem discriminação ou censura, isso é uma rádio comunitária (em www.amarc.org).

A natureza de uma RC deve consubstanciar-se em quatro características mínimas: 1. Propriedade da comunidade (geográfica ou de interesse); 2. Sem fins lucrativos (visa apenas objetivos sociais); 3. Gerida pela comunidade (sem interferências externas, públicas ou privadas, políticas ou comerciais); 4. Programação deve refletir problemas, necessidades e aspirações da sua comunidade. A comunidade participa, assim, na propriedade do meio, na programação, na administração/gestão, na operacionalização, na avaliação e no financiamento:

It is operated in communities, for communities, about communities, and by communities in local languages. It involves extensive local participation in management and program production. Individual community members and local institutions (including volunteers) are the main sources of support for radio stations. Its motivation is to support the well-being of communities, not achieve commercial returns. It focuses on the information most relevant to communities – especially development issues and education (Locksley, 2008: 7-8).

Guiné-Bissau *versus* Moçambique

A Guiné-Bissau foi o primeiro PALOP a dar início à experiência de rádio comunitária através da ONG Ação para o Desenvolvimento (AD), que apostou na criação da Rádio Voz de Quelélé (RVQ), em 1994, e cuja fama resultou do excelente trabalho efetuado no combate à epidemia de cólera que, nesse ano, invadiu Bissau e vitimou centenas de

peças em todos os bairros, à exceção de Quelélé, onde apenas se registou um morto. Cenário resultante dos programas de sensibilização veiculados sobre higiene individual e coletiva, desinfeção dos poços de água, remoção do lixo público, controlo do estado de saúde e transporte dos doentes sintomáticos para o hospital central Simão Mendes.

Nos anos seguintes, estes órgãos de comunicação social multiplicaram-se exponencialmente conquistando, irreversivelmente, o seu espaço de intervenção e o seu direito de cidadania. Hoje, as RC ascendem a mais de 30 (ver Quadro I), espalhadas pelas nove regiões administrativas do país, inclusive no arquipélago dos Bijagós. À exceção de muito poucas, todas elas (28, para ser exata) pertencem à Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC), criada a 8 de abril de 2001, em São Domingos, aquando do V Encontro das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (em <http://www.adbissau.org>).

QUADRO I - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA GUINÉ-BISSAU				
* 28 Rádios aderentes da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)				
	RÁDIOS EM FUNCIONAMENTO	LOCALIDADE	INICIATIVA / APOIO DE...	DATA
1.	Voz de Quelélé *	Bairro de Quelélé	José Henriques / ONG AD	1994
2.	DjanDjan *	Bubaque (Bijagós)	UICN	1995
3.	Kassumai *	S. Domingos	ONG AD	1995
4.	Lamparam *	Lemberém	ONG AD	1996
5.	Titidjene *	Suzana	Igreja Católica de Suzana	1996
6.	Wakilare *	Contuboe	APALCOF (Assoc. de Mulheres)	1997
7.	Antula Bono *	Bissau	Iniciativa Individual	2000
8.	Forréa *	Quebo	Iniciativa Individual	2000
9.	Sintchá Occo *	Gabú	Rádio Pindjiguiti	2000
10.	Djalicunda *	Farim	ONG Swissaid	2001
11.	Balafon *	Ingore (norte)	Iniciativa Individual / ONG AD	2001
12.	Papagaio *	Buba	-	2002
13.	Eva Suzana *	Suzana	ONG AD / UICN	2002
14.	Bafatá *	Bafatá	ONG PLAN INTERNACIONAL	2002
15.	Voz de Cuntum Madina *	Bissau	Iniciativa Individual	2003
16.	Lua Nova de Quinhamel *	Quinhamel	Iniciativa Individual	2003
17.	Viva de Bula *	Bula	ASSOC. REDECO	2004
18.	Voz de Algodão *	Gabú	Iniciativa Individual	2004
19.	Colinas de Boé *	Bissau	ONG DIVUTEC	2004
20.	Kossena *	Formosa (Bijagós)	ONG TINIGUENA / UICN	2005
21.	Bijagós/Faspebi	Bijagós	ASSOC. FASPEDI (Igreja)	-
22.	Gabú	Gabú	-	-
23.	Jovem *	Bissau	CNJ / RENAJ	2005
24.	Babock*	Canchungo (Cacheu)	ONG's CONGAI e ACCIONAID	2005
25.	Uler à Bandi *	Canchungo	ONG AD + ASSOC. ASA	2006
26.	Voz de Bandim	Bissau	-	-
27.	NDelugan	Biombo	-	2007
28.	Empada	-	-	2007
29.	Voz de Palmeira	Bissau	Iniciativa Individual	2007
30.	Begene*	Begene	ONG ALTERNAG	2007
31.	Corânica de Mansoa*	Mansoa	Iniciativa da comunidade muçulmana local	2008
32.	N' djerapa Có*	Ondame (Biombo)	Iniciativa de Jovens Locais	2009
33.	Safim*	Ondame (Biombo)	Iniciativa de Jovens Locais	2009
34.	Voz de Tombali*	Tombali	ONG ALTERNAG	2010

No que respeita a Moçambique, apesar da acesa controvérsia, defendo que o verdadeiro setor radiofónico comunitário surge “inspirado, patrocinado e apoiado por duas agências das Nações Unidas (UNESCO e PNUD)” por via do projeto “Fortalecimento da Democracia e Boa-Governança através do Desenvolvimento dos Media em Moçambique (1998-2006)” – considerado, até à data, o maior da sua génese em todo o mundo –, que resultou na criação, de raiz, de oito rádios comunitárias (Mário, 2008: 27) nas províncias de Inhambane, Maputo, Sofala, Manica, Niassa e Zambézia.

Hoje, estas ascendem a 40 e estão filiadas no Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM), criado em 2004 para assegurar a sustentabilidade deste setor. Algumas RC estão inseridas em Centros Multimédia Comunitários (CMC) – uma iniciativa da UNESCO em parceria com o Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM), em prol das “TIC no desenvolvimento rural”. Estes comportam duas vertentes: RC e Telecentro. Este último disponibiliza múltiplos serviços (fotocópias, internet, aulas de informática, faxes, encadernações, material de economato), cujos dividendos são canalizados para as RC.

A RENARC e o FORCOM têm atribuições muito similares: 1. A troca de programas entre os membros da REDE; 2. Mecanismos de compra conjunta de equipamentos e materiais; 3. Mecanismos de *lobby* junto ao poder político e legislativo em prol de interesses coletivos e individuais; 4. A capacitação e reciclagem de radialistas e técnicos, 5. O acesso a fontes de informação locais, regionais, nacionais e estrangeiras.

Em ambos os PALOP, as RC têm propostas editoriais para todos os gostos (Paula, 2011: 291):

1. Algumas optam pela *informação* (mensagens de nascimento ou falecimento, de organização de cerimónias tradicionais ou religiosas, para solicitar a vinda de um parente, para anunciar viagens ou para convocar reuniões);
2. Outras preferem a *cultura* (contam-se histórias de vida, recordações da juventude, anedotas, pedem-se conselhos, resolvem-se contendas);
3. Poucas afirmam-se pela diferença apostando firmemente na *formação* (sensibilização sobre temas fundamentais relativos à cidadania, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à mortalidade infantil, ao ambiente, à saúde e aos direitos das mulheres).
4. A maioria vive da *recreação*: programas de música (discos pedidos e dedicatórias), de entrevistas com novos artistas, de promoção de cantores locais, desportivos e teatro radiofónico.

Conclusão

São inúmeras as semelhanças entre estes países: 1. Apresentam um IDH (2011) baixo (Guiné-Bissau 176.º e Moçambique 184.º lugares, em 187 países); 2. Constituição da República de 1990; 3. Lei de Imprensa de 1991; 4. Não têm uma Lei de Radiodifusão (e muito menos uma lei de radiodifusão comunitária); 5. As RC vivem com alvarás provisórios e/ou licenças de emissão precárias (correndo o risco de encerramento imediato); 6. O setor comunitário (rádio, televisão e imprensa escrita) enfrenta constrangimentos de natureza material, humana, técnica, financeira, de gestão editorial e de formação; 7. Quer a RENARC quer o FORCOM têm um núcleo de género que visa não só capacitar/incentivar as mulheres a trabalhar nas RC e a concorrer a cargos de chefia como também a criar mecanismos de apoio contínuo àquelas que já lá estão, para que sirvam de modelo às comunidades.

Em termos de capacitação de quadros e apoio no domínio das TIC, urge realçar o trabalho da Informorac⁹ (Iniciativa Nacional de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias, criada em 2003) na Guiné-Bissau e do CAICC¹⁰ (Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária, criado em 2006) em Moçambique, cujas atribuições são similares: 1. Apoio técnico através de cursos de formação e visitas de acompanhamento; 2. Produção de ferramentas e estudos úteis para as atividades regionais; 3. Reforço das dinâmicas descentralizadas através de parcerias com outras organizações de desenvolvimento local. A Informorac promove esta interconexão através “de uma unidade móvel e do *blended learning* (ensino misto que combina a aprendizagem presencial e à distância através da Internet)” e o CAICC opera através de um “*helpdesk* disponibilizado presencialmente, por telefone, *e-mail*, Skype, *messenger* e listas de discussão”, esclareceu presencialmente o gestor de *helpdesk* Leonel Macuáua.

Os PVD são, indubitavelmente, os principais perdedores desta globalização assimétrica. Independentemente das diferenças dos países em termos de localização geográfica e/ou geopolítica, dimensão, densidade populacional, património natural ou herança cultural, a África de hoje caracteriza-se por uma crise desenvolvimentista cujo resultado direto é a pobreza estrutural e conseqüente exclusão social. As RC oferecem exatamente esta oportunidade ímpar de representação/participação direta na esfera pública, possibilitando o cruzamento de diferentes origens, gerações e condições sociais. Como?

1. Encurtam distâncias e recuperam ligações;

⁹ Consultado a 27-08-2012, em http://www.informotrac.org/ho_gb.php.

¹⁰ Consultado a 27-08-2012, em <http://www.caicc.org.mz/>.

2. Incorporam e materializam um estado de espírito que dialoga com o seu tempo;
3. São sinónimo de comunicação interventiva “à conversa com os cidadãos”;
4. Possibilitam um *coworking* na comunicação social;
5. Trabalham para a meta da inclusão social e prossecução dos restantes ODM;
6. Constituem um passaporte para a educação não formal;
7. Permitem respostas claras a múltiplas chagas sociais e a situações de pobreza extrema;
8. São oportunidades de expressão que valorizam o património cultural e linguístico;
9. São o SOS da comunicação social africana, pois permitem reinventar a liberdade;
10. Simbolizam a luta de quem resiste, já que toda a esperança é legítima;
11. Representam a narrativa do *outro* por via de novas dinâmicas sociais;
12. Permitem “conhecer para agir” e o eco desta dicotomia tem sempre a última palavra;
13. São sinónimos de “não-alinhamento”: representam as vozes do inconformismo e a força do pensamento glocal;
14. Configuram-se como microcomunidades abertas ao mundo, pioneiras do poder popular;
15. Assumem-se como propostas sérias de desenvolvimento comunitário, possibilitando uma nova crença na humanidade (através do combate ao subdesenvolvimento);
16. Constituem soluções de continuidade entre o passado e o presente, otimizando o futuro:

Across many countries and in different regions, community radio stations foster community participation and create an appetite for transparent and accountable governance, even in challenging regulatory environments. Good governance and effective leadership, especially in impoverished communities, are collective processes, which depend on the development of an engaged, analytical, informed, and robust civil society. Community Radio in particular has proved to be a sustainable and interactive medium for poor and marginalized populations to be heard and informed, shaped knowledgeable opinions, learn the give-and-take of informed dialog, and become more decisive agents in their own development (Mefalopulos, 2008: 192-93).

Desafio mundial: “Conhecimento como dimensão da sustentabilidade”

Em Joanesburgo (2002), o conceito de sustentabilidade foi explicitado num tripé: proveitos (viabilidade económica), planeta (preservação ambiental) e pessoas (coesão/justiça social). Defendo que a Teoria dos 3P, assim conhecida, está incompleta, o desenvolvimento sustentável deve integrar as vertentes

informação/comunicação/conhecimento e liberdade de expressão/de imprensa e de opinião, visando minimizar o subdesenvolvimento dos PVD por via da participação, enquanto direito humano básico e expoente máximo da identidade individual e coletiva. Um conceito cuja extrema relevância é assertivamente explicada por Díaz-Bordenave (1989: 3):

The need to think, express oneself, belong to a group, be recognized as a person, be appreciated and respected, and have some say in crucial decisions affecting one's life, are as essential to the development of an individual as eating, drinking, and sleeping. Participation is not a fringe benefit that authorities may grant as a concession but every human being's birthright that no authority may deny or prevent.

A par desta proposta, e corroborando a posição da FAO, sugiro uma crescente e contínua valorização da C4D através de projetos que transcendam a mera disseminação de informação

(...) to play a crucial role in engaging all stakeholders, from policy to grassroots levels. Indeed, well-planned communication strategies and processes can set the stage for mutual dialogue among the players, which facilitates building partnerships and links that help to effectively address national priorities (FAO, 2010: iv).

Porque impõem novas lideranças que desafiam o saber humano, porque constituem espaços onde a palavra corre invulgarmente livre em África e porque são excelentes interlocutoras das comunidades junto dos parceiros internacionais, as RC possibilitam atingir essas prioridades nacionais, inscritas nos ODM.

Bibliografia citada

- Castells, M. (1997), *The Information Age: Economy, Society and Culture. Vol. II: The Power of Identity*, Oxford, Reino Unido, Blackwell Publishers.
- Dagron, A. G. (2001), *Making Waves: Stories of Participatory Communication for Social Change*, Nova Iorque, Fundação Rockefeller.
- Daniels, Walter M. (1951), *The Point Four Program*, Nova Iorque, H.W. Wilson.
- Díaz-Bordenave, Juan E. (1989), "Participative communication as a part of the building of a participative society", artigo apresentado no seminário *Participation: A Key Concept in Communication for Change and Development*, Pune, Índia.

- FAO (2010), *Tracking Initiatives in Communication for Development in the Near East*, Roma, Office of Knowledge Exchange, Research and Extension.
- Hoogvelt, A. (1982), *The Third World in Global Development*, Londres, Macmillan.
- Locksley, Gareth (2008), “The media and development: What’s the story?”, *World Bank Working Paper*, 158, Washington, D.C., pp. 1-29.
- Manyozo, Linje (2006), “Manifesto for development communication: Nora Quebral and the Los Baños School of Development Communication”, *Asian Journal of Communication*, 16 (1), pp.79-99.
- Mário, Tomás Vieira (2008), *Direito à Informação e Jornalismo em Moçambique*, Maputo, Ed. Ndjira, Lda.
- Mayo, J. e J. Servaes (1994), *Approaches to Development Communication*, Paris/Nova Iorque, UNESCO/UNFPA.
- Mefalopulos, Paolo (2008), *Development Communication Sourcebook: Broadening the Boundaries of Communication*. Washington, D. C., World Bank.
- Melkote, Srinivas R. e H. Leslie Steeves (2001), *Communication for Development in the Third World*, Londres, SAGE Publications.
- Moemeka, Andrew A. (1989), “Perspectives on development communication”, *Africa Media Review*, 3 (3), African Council on Communication Education, pp.1-24.
- Paula, Patrícia Mota (2011), “Community radio: the future speaks ‘glocal’. An African experience: the Guinea-Bissau e Mozambique cases”, *Signo y Pensamiento*, 59, Colômbia, pp. 282-297.
- Peixeiro, Fernando e José Gomes Ferreira (2002), “O acesso aos meios de comunicação social”, em *Comunicando – Unidade Didáctica 5*, pp. 189-193.
- Quebral, Nora (2002), *Reflections on Development Communication (25 years after)*, Filipinas, College of Development Communication, University of the Philippines Los Baños.
- Rogers, E. M. (1969), *Modernization among Peasants*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston.
- Srampickal, Jacob (2006), “Development and participatory communication”, *Quarterly Review of Communication Research*, 25 (2), Roma, Itália, Centre for the Study of Communication and Culture, pp. 1-43.
- Tehrani, M. (1994), “Communication and development”, em D. Crowley e D. Mitchell (orgs.), *Communication Theory Today*, Stanford, CA, Stanford University Press, pp. 274-306.

Tipps, D.C. (1973), "Modernization theory and the comparative study of societies: a critical perspective", *Comparative Studies in Society and History*, 15, pp. 199-226.

UNESCO (1980), *Many Voices, One World: Communication and Society Today and Tomorrow*, Kogan Page, Londres/Unipub, Nova Iorque/UNESCO, Paris.

Young, K. (1993), *Planning Development with Women*, Nova Iorque, St. Martin's Press.